





EDITAL DE ELEIÇÃO CMDCA - N°02/2025

Convoca assembleia para eleição de representantes das organizações da sociedade civil, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso das atribuições que lhe é conferido pela Lei Municipal nº 021/2005, convoca as entidades não governamentais, de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente, com sede e atividades no município de Buritirama, para a assembleia de Eleição dos Conselheiros titulares e suplentes, que irão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA para o biênio 2025/2027 que observará os seguintes requisitos e critérios descritos na Lei Municipal.

Considerando a publicação do Edital nº 01/2025, no dia 16 de maio de 2025, no Diário Oficial do Município nº 2098, referente a primária Convocação de Assembleia para eleição de representantes das Organizações da Sociedade Civil, bem como de que não houve o comparecimento e participação mínima das organizações, para que fosse preenchido a quantidade necessária de participantes.

Considerando a necessidade de formação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com a composição de representantes das Organizações da Sociedade Civil, convoca Assembleia para eleição, que ocorrerá conforme as disposições abaixo.







CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DAS VAGAS

- Art. 1º Poderão concorrer à eleição para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, para o biênio 2025/2027:
- I Cinco (05) vagas para entidades não-governamentais, de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 2º - O processo de eleição será coordenado pela Comissão Específica composta por membros da Secretaria Municipal de Assistência Social/SEMAS para renovação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – Buritirama e (anexo I) conforme este edital, o qual será publicado no Diário Oficial do Município, no site oficial da prefeitura e rádio local.

DO CREDENCIAMENTO

- Art. 3º As organizações da sociedade civil interessadas em participar do processo de eleição, deverão se credenciar para concorrer a uma vaga no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 10 de junho à 13 de junho de 2025, no horário das 8h00min às 12h00min, na sala da Gestão da SEMAS, localizada no prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social de Buritirama, Rua São Gonçalo, s/n, Centro, Buritirama, Bahia.
- Art. 4º Deverão ser apresentados no ato do credenciamento os seguintes documentos:
 Ficha de credenciamento da Entidade (Anexo I);







- a) Cópia de um documento oficial com foto do respectivo delegado representante da entidade;
- b) Cópia da ata da eleição da atual diretoria;
- c) Cópia do Estatuto Social da entidade.

DOS CANDIDATOS

- **Art. 5° -** A vaga de uma das cadeiras no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é destinada a entidade a qual os representantes estão vinculados, não sendo esta vaga de caráter pessoal.
- **Art. 6°** Cada entidade credenciada como candidata e/ou votante no processo eleitoral deverá designar 01 (um) delegado, com direito a voz e voto.

DA ASSEMBLEIA

Art. 7° - A Assembleia ocorrerá no dia 13 de junho de 2025, às 10h00min, na Sala de Reunião da Secretaria de Assistência Social, localizado na Rua São Gonçalo, Centro, Buritirama/BA e será coordenada pela Comissão.

Art. 8° - Compete à Comissão:

- I. proceder à abertura da Assembleia;
- prestar os esclarecimentos necessários sobre as normas de votação e apuração;
- III. deliberar sobre as dificuldades e dúvidas que ocorrerem durante o processo,
- IV. coordenar e cronometrar as apresentações das entidades em ordem alfabética;







CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- V. comunicar e observar os horários de votação e apuração, tornando público os procedimentos da mesa;
- VI. dar início e finalizar o processo de escolha;
- VII. abrir a urna na presença dos delegados habilitados, lacrando-a em seguida;
- VIII. proceder à conferência da ficha de credenciamento da entidade e do documento de identidade do delegado;
- IX. colher a assinatura dos delegados na lista de presença e rubricar a cédula no verso para entregar ao delegado;
- proceder à abertura da urna, para a contagem dos votos, na presença dos participantes;
- XI. lavrar a ata da Assembleia votação e apuração onde deverá constar o número de cédulas, o número de entidades participantes e delegados, cédulas inutilizadas, cédulas não utilizadas durante a votação e o registro de ocorrências diversas;
- XII. acondicionar as cédulas de votação utilizadas em volumes, devidamente lacradas e rubricadas pela mesa, assim como toda a documentação utilizada durante a Assembleia.
- Art. 9° Em momento oportuno a ser designado pela Comissão a entidade credenciada terá a oportunidade de apresentar-se para a Assembleia e usar da palavra até dois minutos para defesa da mesma.

DA ELEIÇÃO

- **Art. 10 -** A eleição será realizada através de voto secreto dos delegados inscritos, em cédula própria, fornecida pela Comissão.
 - § 1° Cada delegado poderá votar em até 02 (duas) entidades credenciadas.
 - § 2° A eleição dos candidatos dar-se-á por maioria simples de votos.







- **Art. 11 -** Concluída a eleição, a Mesa Diretora da Assembleia procederá à apuração, anunciando os votos oralmente.
- **Art. 12 -** A Mesa Diretora da Assembleia anunciará o resultado, declarando as entidades mais votadas.

Parágrafo Único: Em caso de empate, a entidade que tiver data de fundação mais antiga, assumirá a respectiva vaga.

DA COMPETÊNCIA E MANDATO DOS CONSELHEIROS ELEITOS

Art. 13 - São de competência dos Conselheiros Municipais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente as ações previstas na Lei Municipal nº 021/2005, com poder de deliberação e controle da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e das respectivas ações em todos os níveis, competindo-lhe fazer cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/90.

- **Art. 14 -** O mandato dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será de 02 (dois) anos, facultada a sua recondução ou reeleição por igual período.
- **Art. 15 -** A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS







CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Art. 16 É de inteira responsabilidade da entidade e seus representantes o acompanhamento das publicações e editais no Diário Oficial dos Municípios e no site oficial da prefeitura.
- **Art. 17 -** O representante que prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos adulterados ou falsos, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes no presente edital.
- **Art. 18 -** A Comissão apreciará e decidirá sobre os casos omissos, pautando-se na Lei Municipal 021/2005, suas alterações e no presente edital.
- **Art.** 19 Este Edital entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município.

Buritirama/BA, 10 de junho de 2025.

IEDA RIBEIRO DE SOUZA

Secretária Municipal de Assistência Social







<u>ANEXO I</u>

Ficha de Credenciamento da Entidade		
Entidade:		
CNPJ:		
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Telefone:	E-mail:	oc
ndicação Representante Titular E-		
mail:		
Telefone:		
Indicação Representante Suplente E-		
mail:		
Telefone:		
Cadastro do Delegado Representante da Entidade com Direito a Voto e Voz.		
Nome:		
N° Documento:		
Cargo/Função que exerce na Entidade:		
Cidade:	UF:	CEP:
Telefone:	E-mail:	
A Entidade presta serviço em que modalidade?		
() Atendimento dos direitos da criança e do adolescente.() Defesa dos direitos da criança e do adolescente.		